



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 06/2018 – CMPU

Aos **vinte e sete** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e dezoito**, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, no Auditório do Paço Municipal, Avenida Bom Clima, 90 – Bom Clima, Guarulhos, para a **sexta reunião ordinária** do ano de 2018, tendo as seguintes pautas: **1 – Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária; 2 – Informes: 2.1 – Está sendo elaborado pela SDU, o cronograma para as próximas atividades da Revisão da lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo.** Faz-se necessária a formação de comissão de membros do CMPU para acompanhamento do processo e participação nas reuniões; **2.2 - Plano Diretor – atualização; 2.3 - Retomada das ações do Planejamento Estratégico – reencaminhamento do relatório da Oficina de Planejamento de 10 de novembro de 2017 – tarefa: para próxima reunião – análise dos resultados e repactuação dos prazos vencidos; 2.4 - Próxima Reunião do CMPU: 31/08/2018 – 9h – Reunião de Coordenação – proposta 23/08/2018 – 9h.** *****

A reunião iniciou-se às nove horas e cinquenta minutos, sob a coordenação da Gestora de Políticas Públicas Sra. Helena Ladeira Werneck, com a presença dos membros infra-relacionados, da secretária executiva do Conselho Sra. Francini Renata Domingues, que ao final subscreve e dos convidados: Thiago Perez Sávio, Roberto dos Santos Moreno, Antônio José de Araújo e Marineia L. Chiovatto. *****

Constatada a insuficiência de quórum, e assim a impossibilidade de deliberação para aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária, prevista como item 1 da pauta, passou-se ao item 2 - Informes: **2.1 - Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo** - formação de comissão para acompanhamento do processo e participação nas reuniões – A Sra. Helena Werneck iniciou essa pauta esclarecendo sobre a necessidade de participação permanente do conselho durante todo o processo e ponderou que seria importante que os próprios membros do conselho, indicassem representantes que tenham disponibilidade de estarem presentes em todas as atividades que serão desenvolvidas a partir de agora, nesse processo de revisão da lei de zoneamento, que inclusive já possui processo administrativo aberto, e assim, encontra-se oficialmente e legalmente inaugurado. *****

A convidada Marineia apontou a dificuldade da sociedade civil participar de todas as reuniões, e a Sra. Helena destacou sobre a necessidade de se manter o diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil, a fim de promover ajustes nas agendas para viabilizar a participação da Sociedade Civil, esclarecendo ainda que é necessário marcar com antecedência para que as atividades sejam organizadas de acordo com a estrutura existente. Informou que os cronogramas das atividades das equipes internas da Secretaria, serão encaminhados para o conselho. Esclareceu que as equipes estarão divididas por setores e por áreas, e à princípio se reunirão de quinze em quinze dias, ainda que a periodicidade ainda vá depender dos próprios elementos técnicos que forem surgindo. As reuniões serão para trocar entre si, as informações que cada um tem. Disse que acha interessante que o Conselho esteja presente, e assim não só assistem como o processo está acontecendo, como têm notícias de como está sendo alinhavado, como está sendo desenvolvido, os problemas que a equipe tem, que dificuldades acontecem, e que esta é uma maneira de fazer com que todo o transcorrer do trabalho seja feito em conjunto com o Conselho. Pediu que os que se dispuserem a participar avisem com antecedência para que se possa ajustar a agenda. Expôs que essa é a primeira questão com relação ao processo da revisão da lei de uso e ocupação do solo, que efetivamente começou agora e que começa com a possibilidade de boas notícias. Disse que o Governo já aprovou que se faça a restituição no município inteiro, tanto com imagens, quanto com a questão de angulação técnica, qual seja, a reprodução dos elementos com todas suas características de localização, o que vai trazer um alívio muito grande, dado que o material cartográfico em uso, está distante da realidade atual. Disse que ter esse material atualizado vai significar uma melhora qualitativa bastante grande, comparado à realização do trabalho sem o material de apoio adequado. Esclareceu que existem dois tipos de trabalho de aerofotogrametria, que pode ser feito por avião, ou por satélite. Disse que inicialmente foi pensado em contratar o produto mais barato, e esclareceu que os satélites são contratados por determinadas órbitas e são pagos para tal, no entanto, a trajetória que ele faz até chegar até aos pontos onde ele está acompanhando, sobram dentro das empresas e esse material, normalmente, tem um custo baixo, porém, não possuem as coordenadas. Não é o melhor produto mas já que ajuda para quem está desatualizado há mais de 10 anos, como é o caso de Guarulhos. Disse que a empresa trouxe uma proposta de fazer o levantamento por avião, que é o “top de linha”, porque por avião, ao contrário do satélite, há o controle humano, pois se por exemplo é



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

verificada uma questão de nebulosidade o avião desce um pouco e calibra a imagem, e assim, ele garante que o levantamento inteiro tenha um qualidade de 10 cm acima do solo, e que para efeitos de planejamento é o melhor elemento que existe.*****

O Convidado Roberto Moreno perguntou em que escala eles vão trabalhar, se 1 para 1000 ou 1 para 2000. E a Sra. Helena respondeu que a resolução será 10 cm à base do solo e que a escala será escolhida. Esclareceu que a referência técnica está sendo construída e que o detalhamento do produto será definido neste documento.*****

O Conselheiro Gilmar sugeriu que o convidado Sr. Roberto Moreno contribua na elaboração da especificação técnica para contratação do produto, pois lhe parece que pode haver uma diferença na escala dos produtos. O convidado Sr. Roberto Moreno esclareceu que depende do produto, pois no levantamento é que vai ter essa precisão.*****

A Sra. Helena disse que esse levantamento em si, consegue ser legível até 10 cm acima do solo e isso significa que pode chegar até em escalas muito grandes. Disse que atualmente em termos de material gráfico é possível abrir até o tamanho da sala, mas que quando se faz isso obviamente não se obtém a mesma visão, porque a clareza dele é 10 cm.*****

O Conselheiro Júlio disse que a contratação desse documento importante não vai servir só para hoje, mas para muito tempo. Mas que pela informação que possui, o satélite é uma grande vantagem com relação ao outro tipo de levantamento, porque dispõe de ferramentas de outros programas, e que as novas tecnologias ajudam no sentido de migrar informações, fazendo uma melhor interface, e que o levantamento via satélite é muito mais completo.*****

A Sra. Helena diz que esta opinião não é a mesma da maioria dos técnicos.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno disse que o satélite pega até placa de carro, mas não faz ortofoto, isso quer dizer que ele não retifica para fazer uso disso tecnicamente. Disse que ele serve para diversas coisas, como por exemplo, para fazer leituras, e que ele consegue através de faixas para identificar até a questão de poluição de água, tipo de mata, estudo de zonas homogêneas urbanas dentro da cidade, onde tem lotes maiores, menores, etc. Mas que quando se quer trabalhar em cima de quantificações, escalas, etc, não é o produto mais recomendado.*****

O Conselheiro Júlio disse que está fazendo um mestrado na Universidade de Guarulhos, e que lá eles têm um material e ferramentas, muito mais avançadas do que as aqui apontadas. Disse que a UNG tem mapas, material e informações muito mais avançadas que os da prefeitura, e que a própria prefeitura já usou e está usando muito material que o laboratório de geo produz. Contou que o mestrado que está fazendo de análise geo ambiental, tem material e está usando programas como o "ArqGiz".*****

A Sra. Helena diz que esse é um programa de leitura.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno esclareceu que os dois são bons, mas que cada um tem uma finalidade.*****

A Sra. Helena informou que a notícia da contratação é positiva e que as condições técnicas de leitura serão compartilhadas oportunamente, assim que inclusive os problemas de contratação econômica forem resolvidos. Mas isso já representa um grande avanço para trabalhar as questões do território, a questão da informação, que deve ser de boa qualidade porque os trabalhos requerem que haja acuidade técnica suficiente para o grau de complexidade que a cidade apresenta. Disse que o que for solicitado vai ser o adequado para se faça não só esse trabalho, mas que para fique como um acervo para a cidade para pelo menos 3 ou 4 anos, com a garantia de ter uma facilidade de identificação do território.*****

O Conselheiro Gilmar disse que ainda nessa questão cartográfica, entende como importante para além de fazer um levantamento atualizado, é importante disponibilizar o material para o uso público, pois anteriormente tínhamos um "geocidadão" que permitia um nível de acesso, e que hoje muitos dos recursos que tinha antes disponível, não estão mais no "guarugeo".*****

A Sra. Helena disse que esse é o tipo de coisa que se pode, no texto da lei de zoneamento gravar como sendo uma das tarefas da lei de zoneamento.*****

O Conselheiro Gilmar entende como sendo uma tomada de decisão do Poder Público, que as informações podem ser superficiais ou num nível maior de detalhes, como era o que havia antes, que permitia uma série de consultas, que como foi dito, hoje não se tem mais, o que dificulta alguns trabalhos.*****

A Sra. Helena solicitou que esses comentários ficassem consignados na ata, e finalizando os informes relativos ao processo de revisão da lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, reafirmou a abertura do espaço para participação do Conselho, mediante contato prévio.*****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

O convidado Sr. Roberto Moreno lembrou que a lei do CPMU prevê a possibilidade de formação de Câmaras Técnicas, que podem acompanhar o zoneamento e produzir materiais e trazer para o CPMU analisar.*****

A convidada Sra. Marineia relatou uma experiência, disse que na época do licenciamento do Rodoanel, o Conselho da APA criou uma Câmara Técnica junto com a CETESB, no âmbito da habitação, para acompanhar todo o licenciamento porque não adianta querer fazer com o conselho inteiro, porque não se consegue. Disse que acabaram fazendo com um grupo menor, composto por quem se interessa mesmo pelo tema. Disse entender ser interessante a ideia e que deveriam ser incluídos membros de outros conselhos nessas Câmaras Técnicas.*****

O Conselheiro Gilmar disse entender que o conselho, na atual estrutura, traz representantes de todos os conselhos envolvidos.*****

A convidada Sra. Marineia concorda que a atual estrutura contempla, mas que do jeito que foi encaminhado no Projeto de Lei, não teria mais essa representatividade.*****

O Conselheiro Gilmar disse que o que está valendo hoje, é o que está posto. Que a estrutura hoje do conselho, abarca outros setores, como meio ambiente e que faltou a representação do Conselho do Patrimônio Histórico.*****

A Sra. Helena informou que a Arq. Ana Rosa, que faz parte da equipe, faz parte do Conselho de Patrimônio, e que o Sr. Gabriel, diretor do Departamento de Gestão Urbana, está inclusive tratando dos temas relativos ao patrimônio para o zoneamento (ZEPEC), e dentro desse tema informou que já há proposta de tombamento encaminhada e que tem algumas coisas que já estão acontecendo, e por fim, disse Arq. Ana Rosa está conduzindo os procedimentos especialmente relativos à preservação. * Pauta 2.2 – Plano Diretor – atualização: A Sra. Helena informou que esta pauta foi solicitada pelos conselheiros Gilmar e Júlio, na reunião de coordenação, para que fosse retomada a discussão a respeito do encaminhamento do Plano Diretor. Informou que o Plano Diretor está estacionado na Câmara Municipal, e que está aguardando o término do recesso para que possa ser iniciado o processo na Câmara, que provavelmente realizará mais audiências públicas e encontros, esclarecendo que esses procedimentos fazem parte do próprio rito de aprovação. Disse que agora a discussão deve se dar no âmbito do legislativo.*****

O Conselheiro Júlio disse que na reunião de coordenação afirmou que entende que não se pode dar por encerrada a fase do executivo. Disse que não considera que a etapa do executivo tenha acabado. Contestou a decisão do governo no sentido de dar como finalizada a etapa do executivo. Disse estarmos diante de uma situação bem complexa. Disse que a audiência realizada não atendeu à recomendação do Ministério Público. Esclareceu que a Prefeitura se comprometeu a realizar a audiência, sob a recomendação do Ministério Público, que interveio devido a um abaixo-assinado que requisitou maior participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor, no sentido de que se discuta mais, muito embora a Prefeitura tenha se comprometido a realizar uma audiência a mais, acabou realizando a atividade que estava definida antes da intervenção do Ministério Público, pois havia sido definido aqui no CPMU que para finalizar a etapa final, seria realizada uma devolutiva. Disse que não seria uma audiência, ma uma reunião, onde todos os conselheiros estariam presentes que seria aberta ao público. Disse que o governo fundiu as atividades para cumprir a recomendação do Ministério Público. Disse que quem participou da audiência sabe e que pediu para que esse assunto fosse pautado para que os membros do conselho que não participaram, possam minimamente ter uma opinião sobre essa questão. Disse que a coordenação foi nomeada para discutir pautas mas que a discussão sobre a finalização do processo tem que ser analisada, informada e discutida nesse conselho.*****

O Conselheiro Gilmar disse que esse ponto de pauta vem nessa linha que o Conselheiro Júlio apontou, no entendimento de que, embora tenha acontecido a audiência, precisamos refletir em que termos ela se deu e se cumpriu o papel pelo qual ela se propunha. Continuou expondo que nesse sentido, aquela audiência tinha o propósito para atender duas exigências, uma delas era cumprir o cronograma que estava em curso, que pretendia ser uma audiência devolutiva e num outro ponto, uma audiência para ouvir a população, em atendimento a recomendação do Ministério Público. Disse que a reflexão que precisa ser feita aqui fazer é a seguinte: “essa audiência cumpriu esse papel? Seja a “a”, seja, a “b”?” Disse que no seu entendimento a audiência pública acabou não cumprindo nem uma coisa, nem outra. Que o que ali foi discutido não está dentro do que era esperado como ideal para aquela audiência.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno disse que a audiência que foi realizada, deveria ter sido feita antes do projeto de lei ser encaminhado para a Câmara e que agora vão para as atividades da Câmara de uma forma onde o projeto de lei não “está arredondado”. Disse que quando participou do antigo Plano



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

Diretor, foi apresentando para os diversos segmentos até que o projeto de lei estivesse “arredondado”. Que na época o governo abriu de mão de algumas coisas e de outras não. Que nesse processo de revisão, faltou fechar com os segmentos. Disse ainda que na época que participou da elaboração do Plano Diretor, fizeram uma minuta impressa com espaço para anotações e as distribuíram na audiência pública. Entende que essas reuniões com os segmentos, podem ser consideradas devolutivas e depois dessas reuniões com os segmentos, fizeram uma audiência pública onde apresentaram o que foi alterado, ou unificado no texto, esclareceram o que foi modificado, e na audiência se fechou o produto e que quando o Projeto de Lei chegou na Câmara estava “redondinho”. Disse que algumas coisas foram modificadas, como por exemplo, o próprio Conselho de Desenvolvimento Urbano, na época não havia sido colocada a proporção de participação e aí saiu lá na Câmara a ideia de se instituir a paridade, mas o que projeto de lei em si, chegou à Câmara muito “redondo” e que isso facilitou a aprovação.* Explanou que o processo de revisão do Plano Diretor foi iniciado em 2011, e a revisão está demorando mais tempo para ser concluída do que se fosse um primeiro Plano Diretor. E observou que existem esses dois contrapontos, e ao mesmo tempo entende que faltou esse “arredondamento” final, onde surgiu a polêmica, de como se vai discutir uma devolutiva, de um processo que já foi encaminhado para a Câmara. Disse que fez um exercício para pensar se a audiência pública poderia ter sido melhor e entende que daria para ter sido elaborado um material em que a visualização fosse mais fácil. Por fim disse entender ser difícil o Prefeito retirar o projeto de lei da Câmara. *****

O Conselheiro Gilmar disse que acha difícil que o Prefeito tenha essa humildade. *****

A convidada Sra. Marineia disse que houve uma quebra de confiança. *****

O Conselheiro Gilmar disse que a audiência tinha o propósito de atender o objeto “a” e o objeto “b” e que no entendimento dele, não atendeu nem a uma coisa, nem outra, e o pior, que o objeto de discussão não foi o que tinha sido discutido anteriormente. Que não era a minuta que era fruto de uma construção que se deu até dezembro de 2017. Disse que a peça que está hoje na Câmara não é produto do que foi a discussão ao longo do tempo, que este é um objeto que surgiu recentemente, compactado e que não reflete a discussão ao longo do tempo. E que por isso na audiência pública os participantes solicitaram a retirada do projeto de lei da Câmara, para que adéque o projeto de lei, pois é na fase do executivo que se discute apropriadamente o tema, onde há a estrutura necessária, dotada de técnicos e os meios necessários para fazer os reparos que precisam ser feitos, e não no legislativo. Disse que o legislativo não possui um arquiteto sequer, que eles não estão preocupados em olhar a estrutura da lei, e vão votar assim como votam nomes de ruas. Disse que o grau de percepção e capacidades deles para fazer a análise de peça dessa natureza é limitado. E concluiu que pensar que lá vai se dar uma discussão qualificada, chega a ser uma ingenuidade. *****

A Sra. Helena informou que trabalhou em Câmara Municipal por muito tempo e esclareceu que esse é o sistema legal implantado no país e que as Câmaras Municipais são instâncias políticas, administrativas e legais, instituídas pela Constituição e que não dá para simplesmente dizer que eles não têm capacidade. *****

O Conselheiro Gilmar disse não questionar a legitimidade da Câmara, porém, o objeto que hoje passa a estar de posse deles, é um produto imaturo. Afirmou que o produto não atende os anseios e que numa etapa do processo o produto foi distorcido. *****

O Conselheiro Júlio pediu para complementar as falas e disse que o que preocupa é que o governo está dando como fechada essa etapa. E o que o Conselheiro Gilmar está dizendo é que para nós (Sociedade Civil – Conselho) não está fechado. Disse que estamos perdendo uma grande oportunidade, e que o Roberto Moreno tem razão quando diz que precisamos dar um produto acabado dentro de nossa visão urbanística, técnica, para poder passar para a outra etapa que é política. Disse que gente analisa os dois cenários, os dois espaços (executivo e legislativo), e que o nosso é mais enriquecedor em termos técnicos, pois temos experiência, temos pessoas, discutimos, trabalhamos na área, para preparar o produto para passar a outro setor que é totalmente político. Seguiu dizendo que aí surgem interesses que não são de Cidade, surgem uma série de situações políticas. Disse que “Estamos empurrando um produto mal acabado”. E que a sociedade civil foi na clara na audiência manifestando unanimemente o posicionamento de quer que esse projeto saia da Câmara, para que, como disse o Roberto Moreno, possa ser “arredondado”, deixá-lo pronto e discuti-lo, para depois, com um mínimo de consenso aqui nessa etapa, porque aí teremos condições de discutir e passar para o outra etapa que é política. Disse que a posição de Poder Público é preocupante, pois como o Gabriel disse na reunião de coordenação, o negócio já está fechado. Disse que a ideia do Governo não era nem pautar o Plano Diretor e seguir com pautas relativas à lei de



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

zoneamento, e que o Plano Diretor está sendo pautado por um pedido da sociedade civil, porque pelo governo, já está fechado.*****

O Conselheiro Guilherme disse que o Plano Diretor não está fechado e que na realidade, a discussão segue no legislativo.*****

A convidada Sra. Marineia pediu a palavra e tendo em vista que a Conselheira Vanessa, da Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, não participou das últimas discussões, disse que esse Plano foi encaminhado à revelia do conselho, que foi uma tomada de decisão do governo de mandar um plano que não é o plano que o Conselho reconhece. Informou que foi colocado na audiência pública que o PL volte para o executivo, e que essa foi uma solicitação legítima feita naquela audiência. Prosseguiu explanando que há ainda a brecha que ficou, porque os dois propósitos que o Conselheiro Gilmar sinalizou não foram atendidos, sendo o propósito da devolutiva e o outro propósito que seria de ouvir a população. Disse que na minuta que foi publicada pelo governo em dezembro, que teve duas audiências, uma em janeiro e outra em fevereiro, e que esta última deveria ser uma devolutiva, na sua opinião, foi a pior reunião que já presenciou na Prefeitura. Que foi uma reunião sem controle, sem didática, que reunião que não foi informativa. Disse que o PL está na Câmara porque o executivo o encaminhou, e a solicitação legítima é de que seja retirado. E que o posicionamento do Governo é de não retirá-lo, como disse o Conselheiro Gabriel, na reunião de coordenação. A convidada Sra. Marineia questionou se realmente é essa a posição do governo e a Sra. Helena confirmou que esse é o posicionamento.*****

A convidada Marineia então questionou se é dessa forma que o governo quer convidar a sociedade civil para participar das políticas públicas da cidade. Disse que quer discutir o território dessa maneira é um contrassenso.*****

A Conselheira Vanessa perguntou se o CPMU continua só consultivo ou se conseguiu voltar a ser deliberativo.*****

A Sra. Helena informou que ele continua consultivo, nos termos da lei em vigor.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno pontuou que o CPMU passou a ser consultivo em razão de uma alteração feita pelo legislativo no projeto, da lei então em vigor.*****

A convidada Sra. Marineia disse que manter o conselho como consultivo é um desejo desse governo, além de restringir a participação e a representação dos segmentos da sociedade civil, pois conforme o PL verifica-se uma redução de 17 (dezessete) para 6 (seis) representantes, e da forma proposta deixam de ser representados segmentos como ONG's, Universidades, além da redução na representação de movimentos de moradia.*****

O convidado Sr. Antônio José disse que a intenção era contribuir com um projeto de lei bom de verdade, mas observa que no momento não é mais possível, pois o problema é de concepção, e que cada um, cada grupo tem a sua concepção, e isto é como água e óleo, não se unem. Disse entender que a tarefa da Sra. Helena é uma tarefa árdua, porque ela está de um lado de um processo onde, de um lado há quem "quer fazer de conta", e está diante de várias pessoas que realmente querem fazer, e que essa é a diferença. Disse que ao seu ver, essa discussão não sai dessa sala, porque não adianta passar. Que o que adianta mesmo é todos voltarem para suas casas, tirar uma estratégia e ver como devem encaminhar. Que o governo já se posicionou que não vai retirar o projeto de lei da Câmara, mas que pode ser que ele retire, e que isso vai depender da estratégia que a sociedade civil organizada tome, que isso é uma questão de luta política.*****

A Conselheira Vanessa pontuou se não seria interessante formar uma comissão de conselheiros da sociedade civil, junto com a coordenação, para tentar conversar pessoalmente com o Prefeito, para pontuar com ele tudo o que se perdeu ao longo do processo e buscar "arredondar" as questões mais importantes para o Conselho, no Projeto de Lei.*****

O convidado Antônio José reafirmou que é preciso pensar em estratégias a serem tomadas e que essa pode ser uma delas.*****

A Convidada Marineia disse que entende como legítima a sugestão da Conselheira Vanessa, mas que ao seu ver, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano não teria autonomia de encaminhar o PL sem passar pelo Prefeito, e ele tem conhecimento das mazelas da cidade, pois foi vereador por muito tempo. Disse ter dúvidas de quem foi a decisão de encaminhar o projeto de lei, sem passá-lo pelo Conselho, mas que a sugestão da Conselheira Vanessa pode ser um caminho, muito embora tenham sido traídos.*****

A Sra. Helena afirmou e solicitou que fique registrado, que a Secretaria está à disposição de esclarecer qualquer dúvida técnica referente ao Projeto de Lei. Esclareceu que da minuta apresentada em dezembro, e o projeto de lei encaminhado à Câmara, houve modificações em basicamente dois itens, sendo que um deles é o coeficiente de aproveitamento – CA, que é a questão



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

do solo criado – máximo e mínimo – dentro do Plano Diretor, pois não haviam elementos técnicos para fazer isso. Afirmou que não se faz justiça social estabelecendo CA - máximo e mínimo, dentro do Plano Diretor, e isso é uma opinião técnica. A segunda questão é a alteração do conselho. Disse que no restante não houve modificações técnicas, inclusive a questão das macrozonas que devem dar continuidade ao crescimento da cidade, proposto em todas as oficinas das quais participaram o conselho e a sociedade civil, pontuou que não foi alterada “nenhuma só virgula” nesse sentido, ou seja, o conceito daquilo que se pretendia para as macrozonas estão todos lá, e que não houve alteração nas áreas gravadas como ZEIS.*****

O convidado Sr. Antônio José disse que o PL não é autoaplicável e depende de regulamentação, sendo portanto, uma “letra-morta”, depende de parlamentares para que possa ser efetivo, e que é nisso que está diferente.*****

A Sra. Helena disse que em consonância com o que o Conselheiro Júlio apontou por diversas vezes, do ponto de vista técnico, não haviam dados adequadamente atualizados para a elaboração de uma lei que se autoaplicasse. Que não seria possível fazer justiça social com os elementos existentes, no Plano Diretor. Disse que serão colocados em discussão elementos atualizados para construção da lei de zoneamento, que conforme o cronograma deve estar pronta no início do próximo ano, e todos os instrumentos poderão ser utilizados para o uso do solo que se pretende para cada área. Continuou dizendo que a despeito do Estatuto da Cidade ser de 2001, os instrumentos nunca foram regulamentados no Município e precisam se dar por leis específicas, porque é preciso ter toda uma codificação de dados estatísticos, inclusive, para saber até onde se pode chegar e que precisam ser discutidas questões específicas como volumetria, altura de gabarito, dados estatísticos, entre outros. Assim, concluiu que era impossível fazer o Plano Diretor autoaplicável.*****

O Conselheiro Júlio disse entender que o produto está inacabado, com questões para serem discutidas no âmbito do Conselho, questões democráticas, questões da participação da sociedade civil, o marco regulatório para que o plano não dependa de outras instâncias para que seja aplicado. Que isso poderia ser discutido aqui. Disse que esse conselho é uma ferramenta de democracia segundo o Estatuto da Cidade, e que está sendo tolido. Que há uma série de situações que precisam ser discutidas com o Conselho, e que é preciso fazer um encaminhamento. Disse que na audiência pública as manifestações foram unânimes e que o CPMU também se manifestou no mesmo sentido, discordando de que o processo esteja finalizado e por isso, nem deveriam iniciar a discussão da lei de zoneamento, porque a partir do momento que o Conselho aceita participar da discussão do zoneamento, aceita o encerramento da discussão do Plano Diretor. E propôs aos presentes como encaminhamento do conselho, que os membros se neguem a participar das atividades propostas pelo governo para a revisão da lei de zoneamento, enquanto não se resolve, fora da Câmara, os ajustes necessários para “arredondar” o Projeto de Lei.*****

A Conselheira Janaína pontuou que a alteração da lei do CPMU em 2016 foi mal feita. Contextualizou que o projeto de lei passou por uma comissão na Câmara, que simplesmente suprimiu do texto original a palavra “deliberativo”, e que no entanto se forem observadas as competência descritas no restante do texto, verifica-se que está implicitamente mantida. Destacando-se ainda no texto, a participação do Conselho na construção do Plano Diretor. Prosseguiu dizendo que até poderia questionar ao governo quais justificativas o levaram a propor essa alteração do CPMU dentro do Plano Diretor, mas que tem ciência que a resposta está clara para todos, que é suprimir ainda mais a participação da sociedade civil. Lembrou que durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, muitas coisas que foram pontuadas pelo conjunto do Conselho, sendo que uma das primeiras reivindicações, era que o conselho voltasse a ser deliberativo, e que através do Conselho houvesse maior participação dos membros, especialmente da sociedade civil. Continuou dizendo que no próprio processo do Plano Diretor, quando por vezes se sentiram com as questões do CPMU reprimidas ou marginalizadas, e que o conselho sempre pontuou a importância da participação da sociedade civil na construção de um elemento, como é o Plano Diretor. Disse que foram feitas várias mobilizações nesse sentido e a resposta do governo para isso foi restringir ainda mais o conselho, impedindo que tenham voz. Disse que a sociedade não deve ficar muito presa à questões legalistas, não do ponto de vista de deixar de cumprir leis, mas do ponto de vista da ação do conselho em resposta às imposições do governo, que se nega a retirar o PL da Câmara, e finalizou afirmando concordar com o Conselheiro Júlio, que se o posicionamento do governo se mantiver em não retirar o PL da Câmara, que o conselho se una para definir as próximas estratégias, como já fez em outros momentos.*****

A convidada Sra. Marineia pediu a palavra para esclarecer à Sra. Helena, que não estava na prefeitura na época da alteração da lei do conselho, que essa modificação passou por uma comissão que não se recorda o nome correto, mas que era composta pelos vereadores Geraldo Celestino,



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

Dona Maria e Paulo Sérgio e havia uma justificativa deles, especialmente do Geraldo Celestino, de que zoneamento é uma tratativa exclusiva de vereadores, porque são os vereadores que foram eleitos pelo povo para poder legislar no solo, e por isso foi retirada, especificamente a deliberação do conselho, para que não houvesse a possibilidade do Conselho interferir nessas questões.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno disse que esse comportamento relatado pela convidada Marineia é “comum” quando se trata do legislativo, mas que quando parte do executivo, como se verifica pela postura autoritária com a qual vem tratando as questões do conselho e do plano diretor, desmotiva aqueles que deixam suas questões particulares de lado e se dispõem à participar contribuindo e colaborando com a coletividade. Diz que a questão é saber se o governo quer que a sociedade civil participe verdadeiramente, ou não. E se a resposta for não, esse conselho perde a razão de existir, cabendo, nesse caso, representação junto ao Ministério Público, como viu acontecer em outras cidades, como São José dos Campos e outros lugares. Disse que essa quebra de confiança que está acontecendo agora, nunca existiu no Município. Que leu o trabalho que foi elaborado pela equipe técnica onde foi pontuado o que foi atendido e o que não foi atendido. Um trabalho técnico muito bem feito. Que discorda de algumas coisas, mas que o trabalho está muito bem feito. Disse que a Sra. Helena afirmou não ter havido modificações, mas teve. Que não houve muitas modificações estruturais, apenas algumas. *****

A Sra. Helena disse que as políticas setoriais foram todas colocadas num capítulo só. *****

O Sr. Roberto Moreno disse que são outras alterações, que ele fez uma análise das primeiras páginas, pois o documento é muito extenso e que observou que algumas coisas foram retiradas e outras foram incluídas, e que isso faz parte, mas que a quebra de confiança é o problema mais sério, pois se o governo não está a fim de que a sociedade civil participe, é uma coisa, e se ele não está a fim, é outra coisa. Disse na época do CMDU, o conselho manifestava suas opiniões, sem se pensar se era deliberativo ou não, até que surgiu uma alteração de zoneamento que ia dar problema e o vereador Geraldo Celestino, resolveu segurar tudo por lá mesmo. Relembrou que depois foi feito o CMPU, que embora não seja mais deliberativo, tem a atribuição de dar seus pareceres quando houver alteração de leis como o Plano Diretor, zoneamento, Código de Obras, etc. Disse que havia um problema muito sério de políticas setoriais que não se conversavam e foi por isso que se discutiu e se chegou a conclusão de que seria interessante chamar representantes de cada conselho que tem a ver com política urbana, ou seja, habitação, meio ambiente, transporte e trânsito, e trazer para discutir junto e chegou-se ao consenso de um numero equilibrado de representantes, capaz de discutir o planejamento da cidade. Sobre o PL, verifica-se que foram retirados todos os coeficientes do Plano Diretor, sob a justificativa de serem definidos em leis específicas, e de certa forma, a justificativa faz sentido, e o que não faz sentido, é manter no plano a definição do conselho, inclusive com número de pessoas. Disse que a expectativa era de que o Plano Diretor fosse um plano estratégico mais profundo, que apontasse eixos para onde se pretende que a cidade cresça, com plano urbanístico. Entende que a redação foi modernizada, mas que não avançou como era esperado. *****

A Sra. Helena disse que o que difere esse PL dos planos diretores anteriores são os instrumentos urbanísticos, que vieram após a Constituição de 1988, com a questão da função social da propriedade. Disse que o Plano Diretor em si não tem que ter no mérito a questão da aplicabilidade de instrumentos, e que ele tem que trazer os critérios em seu bojo, e depois aplicá-los nas macrozonas em termos de zonas menores. *****

O Roberto Moreno disse que o Plano Diretor não é só zoneamento, pois se o zoneamento não for aplicado com os eixos de transporte coletivo, por exemplo, teremos como resultado “mais do mesmo”.

A Sra. Helena disse que o Plano Diretor não pode ser o único elemento, e que ele é um manual de procedimentos e por essa razão a aplicabilidade deve ser estabelecida por leis específicas. *****

A convidada Sra. Marineia disse que o plano deve se adequar à realidade da Cidade, e por essa razão é que aqui ele deve sair o mais “amarrado” possível, mas que saiu o oposto disso. Que do jeito que está e pela fala da Sra. Helena, estão querendo “segurar” o território no zoneamento, onde querem dar solução para tudo. *****

O Roberto Moreno destacou a importância da questão da gestão e contextualizou sobre a época que esteve à frente do Planejamento e foi trazida toda a parte de licenciamento e fiscalização e foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Disse que foi criado um departamento para cuidar do planejamento da cidade, que é o Departamento de Gestão. Disse que quando se cria um departamento, se perde o poder político, porque quando se trata de uma secretaria, os secretários participam de reuniões estratégicas de governo e é lá que são colocadas as ideias, sendo que os diretores dos departamentos não participam do processo geral da prefeitura, e pontuou que propôs



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

para o Plano Diretor, a criação de uma estrutura de planejamento, seja uma secretaria, seja um instituto, com poder político. Entende que não se pode perder a oportunidade de citar no Plano Diretor, que será criado esse tipo de estrutura. Acredita que nesse momento existem duas ações a serem tomadas pelo conselho, a primeira é aquela sugerida pela Conselheira Vanessa, no sentido de criar uma comissão para falar com o Prefeito, e a segunda é essa ação junto à Câmara. Afirmou que é preciso montar uma estratégia da sociedade civil. Esclareceu que a Comissão Temática da Câmara vai marcar algumas audiências, provavelmente vão haver reuniões paralelas com vários segmentos, que devem se mobilizar para que não “passe batido” e tentar trabalhar com esse material que a prefeitura forneceu de outra maneira. Disse que teve a oportunidade de ver esse material¹ e muitas coisas foram acrescentadas e melhoradas, mas tem muita coisa que saiu também. *****

A Conselheira Vanessa frisou sobre a importância de falar com o prefeito sobre a maneira como foi tirado o caráter deliberativo, além de todas essas questões do Plano Diretor. *****

O Conselheiro Júlio disse que o convidado Roberto Moreno fez uma pergunta muito inteligente no começo de sua fala, e que o governo precisa definir se quer ouvir o conselho, se quer que trabalhe junto com a sociedade civil no Plano Diretor ou não. Lembrou que o Secretário Jorge Tair não tem participado das reuniões e que o CPMU é um dos conselhos mais atuantes do município, que é um dos únicos conselhos que pauta e discute a cidade. Disse ainda que o Secretário e esse governo não gostam desse conselho porque é um conselho, que mesmo todas suas diferenças internas, se mantém atuante. Disse que situação chegou ao extremo de se nomear um conselho paralelo, com o pessoal da Asseag e outros, e que essa atitude demonstra que o governo não quer esse conselho, porque o CPMU assume sua postura perante a sociedade civil. Pediu desculpas à Conselheira Vanessa, que deu uma sugestão válida, de criar uma comissão para falar com o Prefeito, mas que é uma perda de tempo, pois o que está acontecendo aqui não é uma questão técnica e sim uma questão política. Disse que por essas razões, a sociedade civil deve se unir para criar mecanismos de pressão, e propôs que o conselho não aceite discutir a revisão da lei de zoneamento até quando o governo não se disponha a discutir o Plano Diretor. *****

O convidado Sr. Roberto Moreno pediu a palavra para esclarecer que foi convidado para participar desse grupo citado pelo Conselheiro Júlio, e que na verdade é um grupo de trabalho criado para fazer sugestões de outras coisas, não o que se discute no conselho. Disse que trata-se de um grupo técnico que discutiu assuntos como por exemplo o “Água Azul”. Esclareceu que um grupo de arquitetos e engenheiros se reuniu com o Secretário para fazer reivindicações de licenciamento, coisas de atuação profissional de arquiteto e engenheiro. Por fim esclareceu que deixou de participar e que tratava-se de projetos pequenos. *****

A convidada Sra. Marineia em resposta disse que ainda assim, essa situação causou muita estranheza, porque não foi comunicado que estava havendo esse movimento, e a informação disso chegou por acaso. Que o conselho se coloca à serviço da cidade e não à serviço deste ou daquele secretário. E eles devem sim uma satisfação. Que não só os que foram chamados conhecem o território e que inclusive, foram reunidos técnicos que compactuam com uma só linha de pensamento, e que a partir do momento que se está tratando do bem público, é preciso ter diversidade para que a coisa cresça, e que não adianta querer conversar só com os iguais, entre os iguais, e aqui não existe posse do poder público, pois ele não é dono da cidade. *****

O convidado Sr. Roberto Moreno esclareceu que na verdade era um atividade da Asseag e que qualquer entidade pode fazer o mesmo e que se tratava de um projeto específico. *****

A convidada Marineia solicitou que ficasse registrado que o CPMU é o conselho que discute a cidade, que possui legitimidade e representa alguns órgãos e entidades, há participantes aqui, inclusive no governo do Estado, com vários projetos e ações que tem uma interface poderosa com a cidade, e esses tipos de técnicos deixaram de ser convidados. *****

A Sra. Helena solicitou o prosseguimento da reunião passando ao item, **2.3 - Retomada das ações do Planejamento Estratégico**, esclareceu que será reencaminhamento o relatório da Oficina de Planejamento, realizada no dia de 10 de novembro de 2017, para que os conselheiros analisem as tarefas realizadas e prazos vencidos e repactuem novos prazos para as atividades propostas no Planejamento. *****

Terminado esse informe, a convidada Marineia e o Conselheiro Júlio questionaram se havia quorum para o cumprimento do item 1, da pauta – deliberação da ata da 4ª Reunião Ordinária. Foi verificado

1 Planilha - Devolutivas das Propostas nas audiências públicas e via internet – publicada no Diário Oficial do Município de 20 de junho de 2018 – disponível em <http://www.guarulhos.sp.gov.br/uploads/pdf/471005788.pdf>



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

que o numero de conselheiros presentes não atingiu o quórum mínimo para deliberação, e foi solicitado que sejam verificadas as faltas para substituição dos representantes ausentes junto às entidades, aplicando o Regimento Interno. *****

O convidado Sr. Roberto Moreno informou que a Universidade de Guarulhos encaminhará documento para substituir seus representantes, Prof. Anderson e Sra. Patricia. *****

A Sra. Helena prosseguiu a reunião chegando ao item 2.4, informando que a **próxima Reunião Ordinária do CMPU** será realizada no dia **31 de agosto de 2018, às 9h**, e que a **Reunião de Coordenação**, para definição de pautas deverá ser realizada no dia **23 de agosto às 9h**. *****

A Sra. Helena retornou ao item 2.1, que diz respeito às próximas atividades da Revisão da lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo, para lembrar sobre pauta referente à formação de comissão de membros do CMPU, para acompanhamento do processo e participação nas reuniões, e tendo em vista o encaminhamento proposto pelo Conselheiro Júlio e aceito pelos membros presentes à essa reunião, no sentido de não participarem das atividades da revisão da lei de zoneamento, até que o governo retire o PL do Plano Diretor da Câmara e reabra as discussões com o conselho, solicitou que oficializassem esse posicionamento. *****

A Convidada Marineia respondeu que o conselho atenderia o pedido de oficializar esse posicionamento, se o Poder Público também oficializasse por escrito seus posicionamentos, pois se comprometeu a encaminhar por escrito os motivos relativos às mudanças do CMPU e não cumpriu. Disse que o posicionamento da sociedade civil hoje, é não participar porque não fechou a audiência. Que essa manifestação está na ata e que isso já é o suficiente. *****

O Convidado Sr. Antônio José disse que nessa reunião não poderão sair daqui com uma coisa aprovada porque senão aprovariam as outras coisas. Disse que na audiência passada ficou no ar que as pessoas estão predispostas a não participarem, enquanto não for resolvido o problema. *****

O Conselheiro Júlio disse que independente de haver quorum ou não, nesta reunião a sociedade civil se manifesta no sentido de não participarem das próximas atividades da revisão de lei de zoneamento, quando a outra ainda não está fechada. *****

A convidada Sra. Marineia disse que a etapa do Plano Diretor ainda não está fechada, pois ainda não receberam a ata, a filmagem e a gravação da audiência pública. *****

A Sra. Helena informou que a técnica Arq. Karina está elaborando a ata e que será encaminhada assim que finalizada. *****

A convidada Sra. Marineia em resposta ao convidado Antônio José disse que mesmo que não haja quorum, a manifestação dos participantes é legítima, que mesmo que não possa aprovar as atas, que quem está presente pode decidir encaminhamentos como esses. Prosseguiu dizendo que em tempos de agilidade de informações, com a disponibilidade de ferramentas como o “whatsapp” e e-mail, como todos os conselheiros receberam a ata e não houve apontamentos, entende que subjetivamente o documento foi aprovado. *****

A Sra. Helena solicitou que a sugestão da convidada Marineia fosse registrada para que a possibilidade de aprovação “*ex officio*” seja discutida na elaboração do próximo Regimento Interno. **

Encerrada a pauta a convidada Marineia questionou se há novidades com relação ao Rodoanel. Se houve algum encaminhamento. *****

A Sra. Helena perguntou em que sentido seriam essas atualizações. *****

A convidada Sra. Marineia contextualizou que quem está coordenando essas questões com a Dersa pelo Poder Público, é a Sra. Gláucia, da Divisão Técnica de Gestão Urbana, e que sempre foram informadas todas as situações novas nesse processo, deu exemplos, de quando chega um documento novo, se foi feita alguma vistoria, se a Dersa tem algum prazo para cumprir alguma ação, se houve alguma intercorrência em alguma comunidade por causa das obras. *****

A Sra. Helena pediu para deixar registrada a solicitação, pois não tinha conhecimento dessa situação. Disse que começou a participar das reuniões do PDUI e de bacias hidrográficas, e informou que o Sr. Thiago Perez Sávio vai assumir a Divisão Técnica de Gestão Urbana e levantará as informações necessárias para atualizar o CMPU. *****

O Conselheiro Gilmar pediu a palavra para informar que havia sido proposto como pauta para a próxima reunião, a questão da implantação do aterro do CDR no Cabuçu. *****

Foi estabelecido que será feito contato com a Secretaria de Meio Ambiente para solicitar uma reunião conjunta com o Conselho Gestor da APA, que está sendo reconstituído, ou que seja informada a data da próxima reunião do Conselho Gestor, para que o CMPU possa participar. *****

O Conselheiro Gilmar perguntou à Sra. Helena quando terão acesso às plantas das áreas das ZEIS já solicitadas, e disse que podem ser encaminhadas em arquivo digital. *****

A Sra. Helena respondeu que as disponibilizará em uma semana. *****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

O Conselheiro Jarbas pediu a palavra para expor uma curiosidade dele sobre o projeto do governo do Estado, do Parque Várzeas do Tietê, que passa por uma área de Guarulhos, que ele disse não saber se o projeto foi engavetado, se está em andamento. E gostaria de saber se algum dos presentes estão acompanhando isso. *****

A convidada Marineia disse que até onde participou do zoneamento ecológico, houve um debate complexo uma discussão muito ampla e quando o projeto estava pronto e a legislação pronta, houve uma atravessada da Secretaria de Logística e Transporte, do governo do Estado, por conta do projeto do Rodoanel não saiu o zoneamento ecológico econômico e está parado há uns 4 ou 5 anos. Tendo em vista a importância do envolvimento de Guarulhos, o governo do município montou à época uma comissão para participar, da qual fez parte, junto com o DAEE, através de Portaria. Por fim reiterou um assunto que já foi exposto anteriormente, que Guarulhos não possui um representante dentro da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Governo do Estado, que é câmara que decide onde serão investidos os recursos decorrentes das obras que geram impactos ambientais. *****

A Sra. Helena informou que entrará em contato com a Secretaria de Meio Ambiente e faz um convite aos membros para irem fazer essa conversa quando for agendada. *****

A convidada Sra. Marineia sugeriu que o poder público faça esse primeiro contato e que depois traga as informações para o CPMU e que o grupo decida quem vai participar. *****

Não havendo outros informes, a reunião foi encerrada às 12:05h, e eu, Francini Renata Domingues, _____ Chefe da Seção Técnica de Legislação Urbanística (SDU01.06.01), digitei a presente ata.

De acordo (Conselheiros presentes):

Poder Público:

Guilherme David dos Santos Viana (Titular SH) _____

Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular SSP) _____

Vanessa Carrilho Lanzarotto (Suplente SAI) _____

Luiz Renato Vicente de Azevedo Barboza (Titular SAAE) _____

Sociedade Civil

Cleia Pereira de Araújo (Tit. Coop. Hab. Coopercid) _____

Janaína Gomes Bezerra (Tit. Mov. Popular – Babi) _____

Gilmar Antônio dos Santos (Tit. Mov. Popular – Paulo Canarim) _____

Julio Soto Saaveda (Tit. Ent. de Classe – IAB) _____

Jarbas Tupinambá (Titular do CMH) _____

Notas importantes:

RESOLUÇÃO N° 01/2017-CMPU – Publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 2017.

Art. 6° - Perderá o mandato o representante do segmento que deixar de comparecer as sessões por 3 (três) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas no período de mesmo exercício de um ano, sem motivo justificado.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

§ 1o. O período de um ano indicado no “caput” será computado através de balanços das faltas injustificadas, verificadas entre a primeira reunião ordinária do ano corrente e a primeira reunião ordinária do ano seguinte.

§ 2o. Nos casos em que ocorrer perda de mandato em decorrência de faltas, haverá notificação do membro por e-mail, carta, ou outro meio de comunicação escrita e será expedido ofício à entidade para que esta proceda a substituição do representante.

Art. 15 – O Conselho Municipal de Políticas Urbanas – C MPU, reunir-se-á ordinariamente, das 09h às 12h, na última sexta-feira de cada mês, e extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente do Conselho, ou por no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

§ 1º - A reunião será iniciada em primeira chamada às 9h00. Em não havendo quórum, será realizada segunda chamada às 9h15. Não havendo quórum, a reunião será iniciada, mas não serão permitidas deliberações enquanto não for atingido o quórum.

Art. 20 – As reuniões do Conselho Municipal de Políticas Urbanas – C MPU, poderão ser instaladas e iniciadas com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros titulares ou respectivos suplentes.

Art. 21 – As deliberações do Conselho Municipal de Políticas Urbanas - C MPU serão aprovadas por maioria simples dos presentes na reunião do Conselho.
